ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM FLORIANÓPOLIS: O papel do Estado na produção do espaço urbano

Autores:
Anicoli Romanini - UFSC - anicoliromanini@yahoo.com.br
Adriana Marques Rossetto - UFSC - amarquesrossetto@gmail.com

Resumo:

Apresenta-se neste artigo parte da pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que em uma primeira análise, buscou identificar como a implantação dos investimentos públicos realizados pelo Estado em suas três esferas de poder interfere na produção do espaço urbano, considerando este como um espaço geográfico, social e histórico. O estudo, de cunho fenomenológico, desenvolveu-se em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina – Brasil, teve objetivo exploratório e utilizou uma abordagem quali-quantitativa. As variáveis consideradas na análise incluíram o montante de investimentos e sua localização por zona da cidade, no recorte temporal de 2000 a 2017, a esfera de poder responsável, e as características da distribuição demográfica e de renda da população. Concluiu-se que o Estado, a partir da localização de seus investimentos, modifica as condições dos processo de acumulação, dominação e reprodução das classes sociais, favorecendo as mais privilegiadas.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM FLORIANÓPOLIS

O papel do Estado na produção do espaço urbano

INTRODUÇÃO

Entendendo o espaço geográfico como criação social e histórica, tem-se como ideia central da pesquisa, a preocupação e a necessidade de se compreender o processo de produção de uma determinada parcela urbana, de suas formas, buscando identificar como a implantação dos investimentos públicos realizados pelo Estado interfere na produção deste espaço. Ao fazer uma análise deste processo buscou-se examinar de que forma as relações sociais que o comandam se refletem na construção do espaço urbano. Dessa forma, o entendimento dos aspectos e variáveis, que se inter-relacionam a partir da implantação dos investimentos públicos, se torna indispensável na busca por melhores práticas de intervenção nos processos que os configuram, visto que a partir destas localizações, modificações ocorrem na morfologia urbana do lugar, nos fluxos e deslocamentos, bem como no valor (ou não) do uso da terra.

> "O uso do solo será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares." (CARLOS, 1994, p.87).

Assim, tem-se por objetivo deste trabalho, fazer a identificação da distribuição territorial dos investimentos públicos implantados em Florianópolis, a partir de 2000, a fim de verificar como a localização dos recursos advindos do Estado interfere na lógica das movimentações socioeconômicas da população e no uso do solo urbano.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o município de Florianópolis, localizado em Santa Catarina, região Sul do Brasil, constituiu-se o objeto de estudo, em função da série de investimentos realizados na cidade a partir da década de 1970, que representa claramente um "divisor de águas no espaço intraurbano" (SUGAI, 2015, p.104). "Muitos dos processos socioespaciais que se consolidaram na década de 1970 já se evidenciavam, mesmo que

timidamente, nas décadas precedentes, e definiam a estruturação do espaço urbano de Florianópolis." (SUGAI, 2015, p.105).

Florianópolis é uma cidade de 675,409 km² divididos entre Ilha e Continente. A Ilha de Santa Catarina representa 70% do território de Florianópolis e possui uma costa de 172 km onde localizam-se 42 praias. A parte insular é ainda caracterizada por um relevo irregular, com morros que variam de 400m a 532m, além de lagoas, mangues, dunas e pequenas ilhas. A Mata Atlântica (nos morros) e a vegetação litorânea dos manguezais e restingas são as vegetações predominantes. Administrativamente, a cidade é divida em quatro regiões (Fig. 1):

Sede: abrangendo as regiões Insular e Continental;

Norte: abrangendo os Distritos de Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Ratones, Santo Antônio de Lisboa e São João do Rio Vermelho;

Sul: abrangendo os Distritos de Campeche, Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha;

Leste: abrangendo os Distritos da Barra da Lagoa e Lagoa da Conceição.

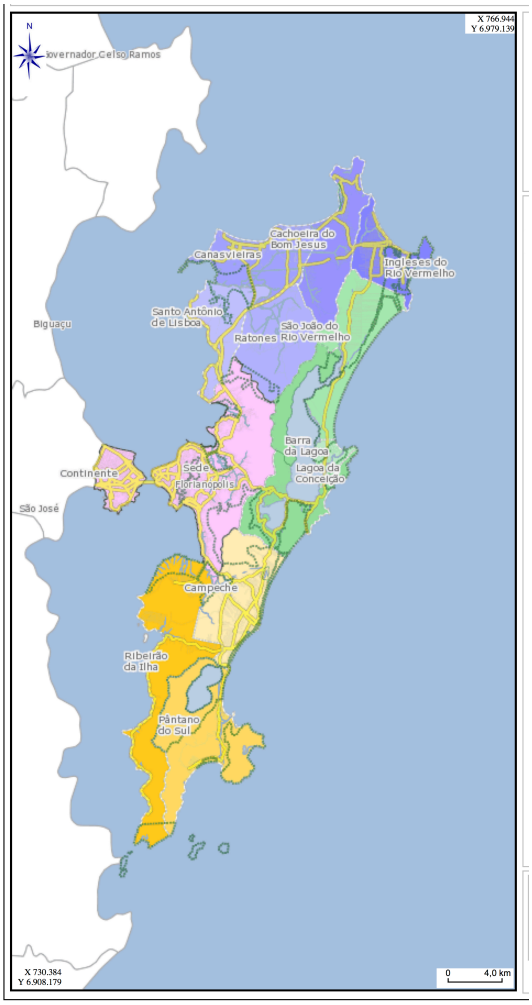


Fig. 1. Regiões Administrativos de Florianópolis: Ilha e Continente.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

O método utilizado para o levantamento, identificação e mapeamento dos investimentos públicos implantados no município constitui em consultas feitas nos órgãos de planejamento urbano (tratando-se das obras Federais e Estaduais) e junto às Secretarias de Infraestrutura e da Fazenda, ao se referir às obras Municipais.

A coleta de dados dos investimentos públicos Federais ocorreu por meio de consulta online no site do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Mapa das Obras, através do link: http://www.pac.gov.br/mapa. As obras Estaduais estão disponíveis para consulta online através do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina – Mapa da Transparência, pelo link: http://www.sicop.sc.gov.br/mapa/#/map. Os investimentos públicos Municipais foram disponibilizados em tabelas, in loco, pela Secretaria de Infraestrutura do Município.

O PAPEL DO ESTADO E SEUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

A partir do século XXI, o Brasil passa a ter uma série de políticas públicas e programas anunciados pelo Governo que seriam destinados principalmente às demandas sociais, a fim de promover a redução da pobreza e a inclusão social.

> "Entre essas políticas e ações pode-se citar: as políticas de valorização real do salário mínimo, da previdência social rural e urbana, Regime Geral de previdência social e do trabalho (RGPS) e do trabalho (seguro-desemprego e abono salarial); os programas de transferência de renda como programa Bolsa Família; programas de assistência como o benefício de prestação continuada (BPC) para idosos e deficientes; as políticas de ação afirmativa, como o sistema de cotas sociais e raciais para acesso as instituições federais de ensino superior; o Pronatec; o PROUNI; o programa minha casa minha vida; o PRONAF, programa de fortalecimento da Agricultura Familiar; o programa mais luz, o Programa Mais Médicos, o Programa Farmácia Popular, entre outros." (SUGAI, 2015, p.191).

Juntamente a estes, em 2007 o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que através de planejamento estratégico, buscou promover a "retomada de investimentos em setores estruturantes do país", em um momento de estagnação do crescimento e do desenvolvimento brasileiro, provocado "pela crise financeira mundial entre 2008 e 2009" (PAC, 2017).

> "O programa visa promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Consiste em três medidas: i) incentivar o investimento privado; ii) aumentar o investimento público em infraestrutura; e iii) remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento." (PÊGO; CAMPOS NETO, 2008, p.7).

Para isso, essas três medidas, segundo Pêgo e Campos Neto (2008, p.7) foram organizadas em cinco blocos:

> "i) investimento em infraestrutura; ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; iii) melhora do ambiente de investimento; iv) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e v) medidas fiscais de longo prazo. Seus fundamentos econômicos estão baseados na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa."

Dessa forma, o PAC "previa investimentos de R$ 656,5 bilhões até 2010 em três grandes áreas de infraestrutura: transportes; energia; e rede social e urbana," (SOUZA;

CAMPOS NETO, 2010, p.17). Deste valor, mais da metade seria investido em energia – petróleo, gás natural, energia elétrica e combustíveis renováveis – (54,5%), 33,9% disponibilizado para infraestrutura social e urbana e 11,6% para o setor de transporte e logística, conforme descreve Pêgo e Campos Neto (2008, p.10). "As fontes destes recursos preveem R$ 436,1 bilhões (86,5%) oriundos das estatais federais e das demais fontes, e R$ 67,8 bilhões (13,5%) do Orçamento Fiscal e da Seguridade." (Pêgo; Campos Neto, 2008, p.10).

> "Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, com mais recursos e mais parcerias com Estados e Municípios, para a execução de obras estruturantes que pudessem melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras." (PAC, 2017).

"Neste novo período, se destaca como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo." (PAC, 2017). Um de seus desafios, é manter a "conclusão dos projetos e obras de infraestrutura em todos os setores" durante os anos de seu desenvolvimento.

Além dos recursos provenientes do PAC, os investimentos Municipais tiveram como fonte de arrecadação, segundo informações dos dados disponibilizados pela Secretaria de Infraestrutura do município: recursos próprios, próprios/vinculados/extraordinários, Próprios (Contrapartida Pró-Infra), BADESC, BNDES, Convênio Embratur, FLORAM, FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, FMS - Fundo Municipal de Saúde, FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Governos Estadual e Federal, M.I.N., Ministério da Cultura – IPHAN, Ministério das Cidades, Ministério do Esporte, PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária, Pró-Infra, Programa Habitar - Brasil – BID, Salário Educação e SEED (Governo Estadual).

Em Santa Catarina, Sugai (2015, p.196) descreve que os recursos Federais advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e destinados à quatro municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, no caso, a região conurbada, que abrange os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu:

> "[...] têm permitido a execução de obras em alguns assentamentos precários e em seu entorno – como urbanização, saneamento, drenagem, contenção de encostas, pavimentação, creches, quadras esportivas, conexões viárias, Unidades Básicas de Saúde, UPA, entre outras – que, em que pese as restrições e a pouca abrangência, permitem condições de vida satisfatórias aos seus moradores. [...]"

"A atividade pública é financiada com recursos públicos direcionados exclusivamente para a prestação de serviços públicos, visando à melhoria do bem-estar da sociedade." (PESSOA, 2016, p.67). Nesse sentido, tendo como referência os procedimentos de pesquisa definidos, apresenta-se os resultados referentes ao atendimento do objetivo da pesquisa

que buscou verificar como a localização dos recursos advindos do Estado, a partir de 2000, interfere na lógica das movimentações demográficas e socioeconômicas da população e no uso do solo urbano em Florianópolis.

Optou-se na pesquisa, por considerar nas análises apenas os novos investimentos, por entendermos que são estes que promovem a abertura do capital no território, e a consequente valorização da terra urbana. Isso não significa que obras de reformas e manutenção por exemplo, não se apresentem como formas de promoção do capital. Mas entende-se que estas são reincidência de investimento, ou seja, o Estado está atuando neste território pela segunda vez, e dessa forma, as transformações ocorridas na produção do espaço urbano já podem ter sido influenciadas por ele, em momento anterior.

Nesse sentido, a identificação e o mapeamento dos investimentos públicos implantados no município de Florianópolis pelo PAC, revelam a destinação de 65 obras em nível Federal e 320 obras em nível Estadual no município. Destas, respectivamente, 32 e 95, foram os novos investimentos realizados.

Tratando-se das obras municipais, e por serem dados a partir de 2000, estes são muito mais expressivos com 2.522 obras. Destas, 1.263 são obras já realizadas e em andamento. Mas como a pesquisa avalia apenas os novos investimentos, foram identificados e mapeados 317 novas obras, que compreendem o período de 2000 a 2017.

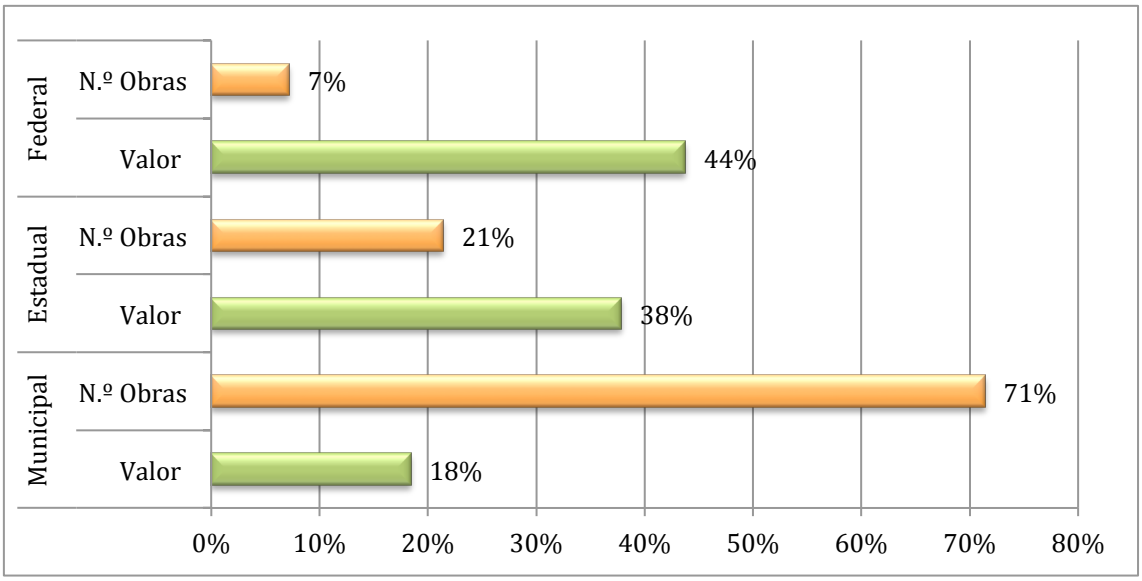
O ESTADO E SEUS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

Com o mapeamento das obras Federais, Estaduais e Municipais em todo o município, foi possível obter a espacialização dos investimentos públicos realizados e a atuação do Estado a partir do Século XXI em Florianópolis. O estudo identificou que foram investidos no município um total de R$ 1.860.930.786,00 em 444 novas obras, no período que compreende os anos de 2000 a 2017.

O Governo Federal foi a esfera pública que disponibilizou o maior valor em recurso para o município, totalizando R$ 814.062.129,00, e o Governo Municipal foi o órgão que implantou o maior número de novas obras, 317, distribuídas em praticamente todo o território de Florianópolis (Gráf. 1).

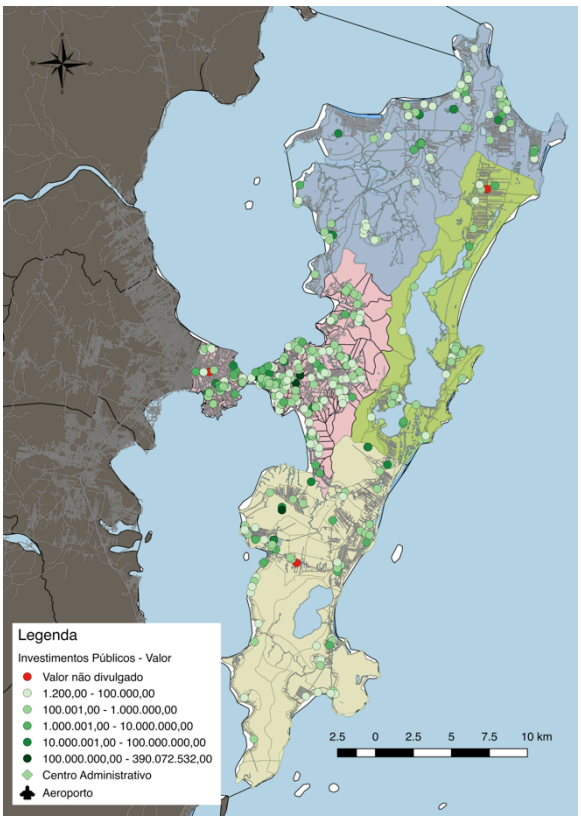
Avaliando a sua localização por região administrativa, verificou-se que em número de obras, a região Sede foi a que teve o maior percentual de investimentos nas três esferas públicas, e foi a que apresentou a maior disponibilidade de recursos do Estado também. Em contraponto, a região Leste foi a região administrativa menos favorecida, em ambas análises, tanto em número de obras quanto em valor investido (Mapa 1 e Gráf. 2).

Gráf. 1. Novos investimentos em Florianópolis – dados por órgão atuante – 2000-2017



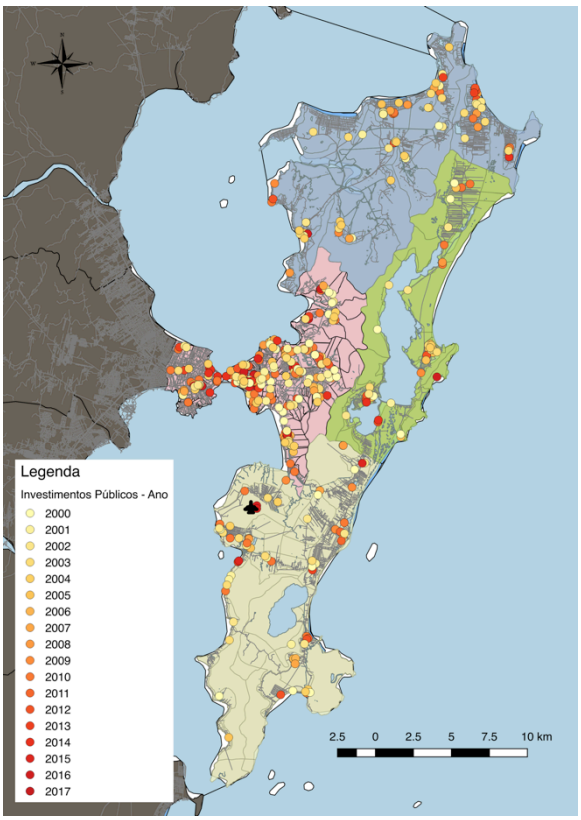
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Mapa 1. Novos investimentos em Florianópolis – dados por região – Período 2000-2017



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Mapa 2. Novos investimentos Públicos em Florianópolis – dados por ano – Período 2000-2017

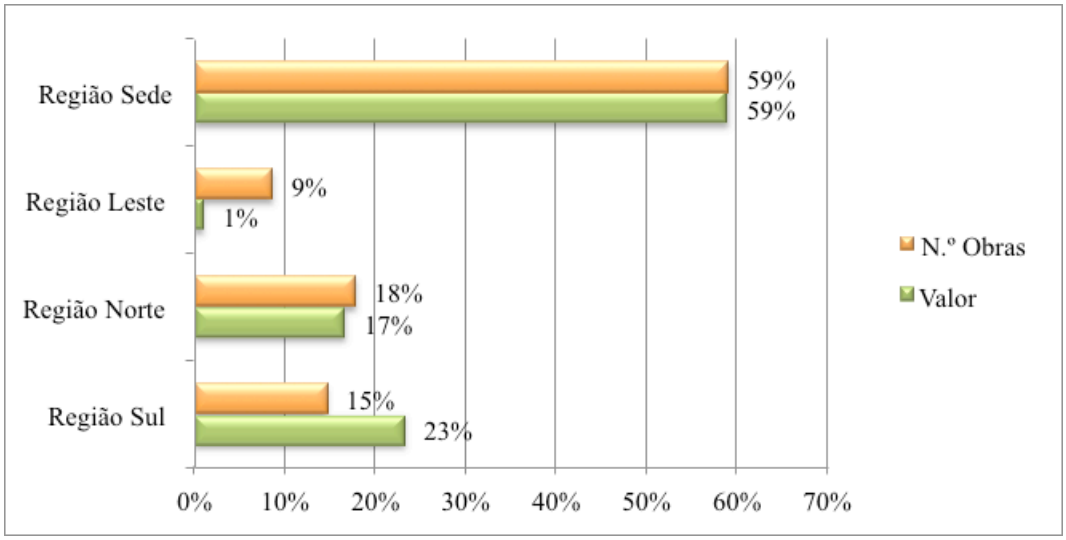


Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Mas, se analisarmos a região administrativa Sede Continental separadamente da região administrativa Insular, os dados confirmam o já apresentado no fim do século passado. Das 444 obras implantadas no município, apenas 39, ou 9%, localizam-se no Continente. E, se avaliarmos os valores investidos, esse percentual atinge um valor mais baixo ainda. Apenas 7% de todo o recurso disponibilizado para o município foi implantado na região Continental.

Esse dado corrobora com os índices apresentados no século anterior, que já indicavam a falta de recursos para a região Continental de Florianópolis, e a sua consequente segregação perante a Ilha. Para as comunidades locais da região Leste e Continental de Florianópolis, as restrições desses investimentos representam a pouca abrangência do Estado frente aos investimentos de qualquer natureza para a população.

Gráf. 2. Novos investimentos Municipais em Florianópolis – dados por região – Período 2000-2017

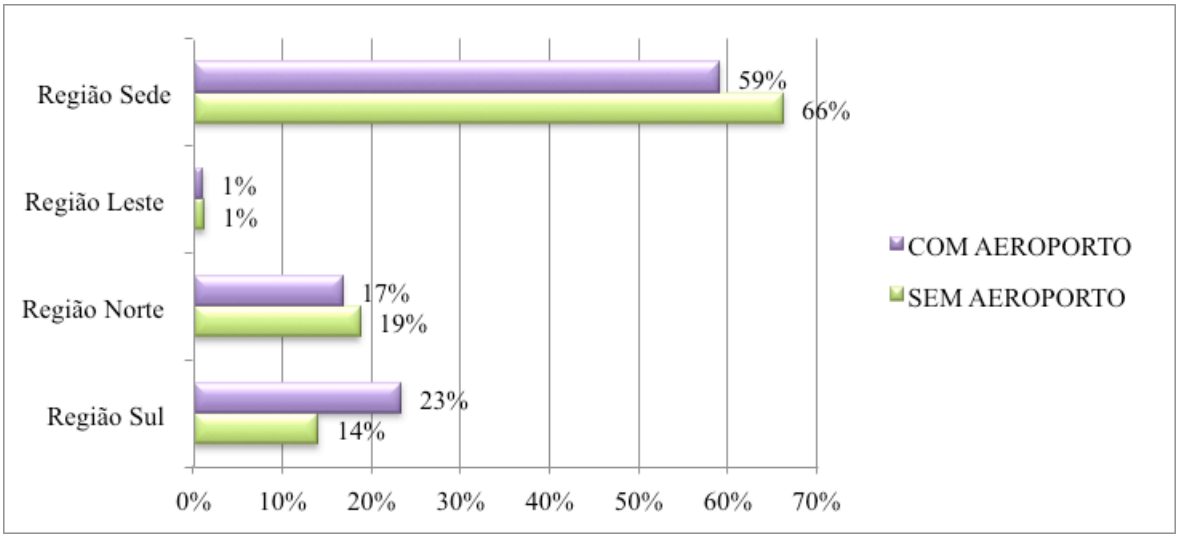


Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A região Sul, apresenta o segundo maior percentual em recursos investidos no município. Mas ao avaliarmos as obras que compõe esse valor, é importante que sejam ponderados os valores investidos somente para a obra do novo aeroporto. O Gráf. 3 apresenta os valores disponibilizados na região, com e sem o investimento, e o que identifica-se, é que as obras de infraestrutura do complexo aeroportuário e do novo terminal de passageiros, representam 53% dos valores do total destinado.

Por isso, a região Sul apresenta de forma equivocada um investimento que não atende diretamente a população microlocal, ou seja, que correspondam às vizinhanças da moradia. Pelo contrário, provoca "conflitos em torno do direito à cidade, direito que envolve, neste caso, o uso de um espaço por diferentes atores" (MACIEL, 2006, p.9), principalmente pelas ações socioespaciais que estas obras provocam, como por exemplo, as desapropriações dos seus entornos.

Gráf. 3. Investimentos Federais disponibilizados para o Aeroporto Internacional Hercílio Luz



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

As obras em andamento do novo acesso ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, estão trazendo modificações no sistema viário da região (Fig. 2), inicialmente pela duplicação de 3,55 Km da Av. Diomísio de Freitas (entre o trevo da Seta e o acesso ao Bairro Carianos)[1].

Fig. 2. Obras do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz

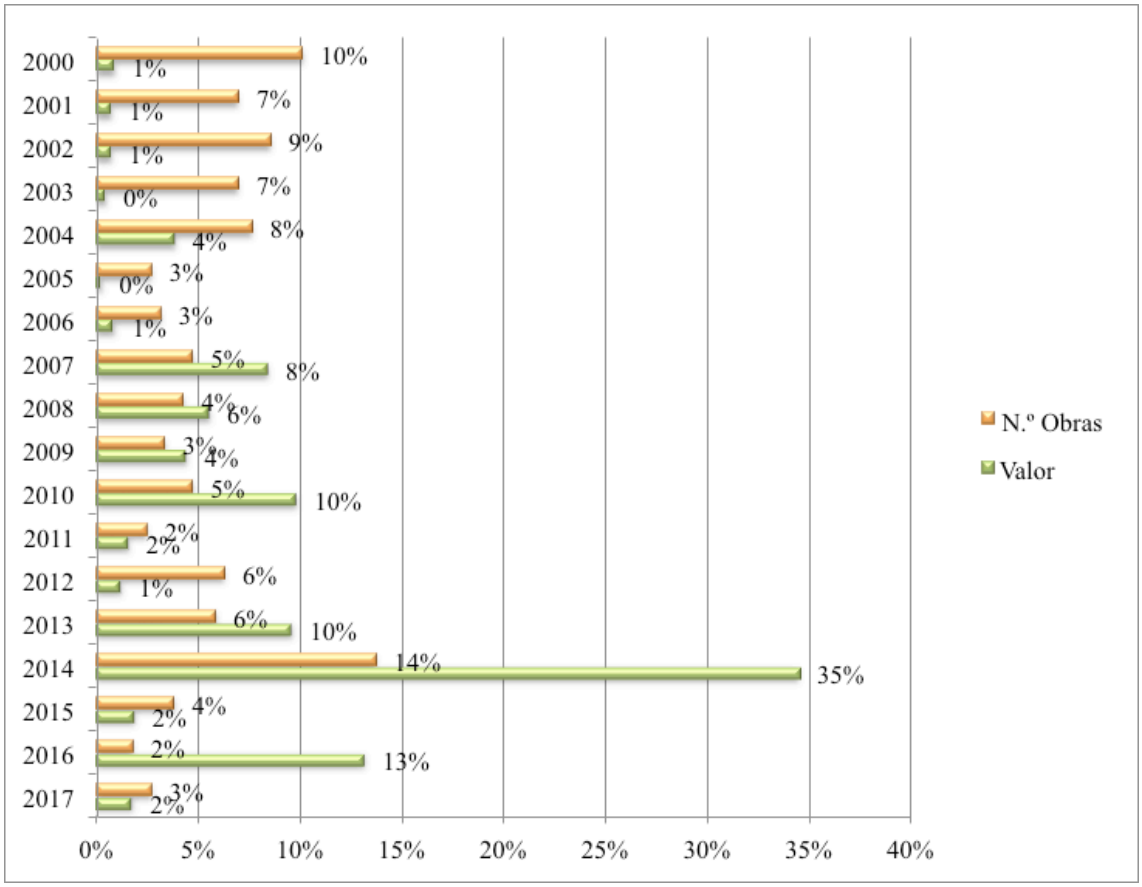
Fonte: Floripa Airport 2018.

[1] "Está 85% finalizado. Falta fazer o prolongamento da ponte, viaduto e desapropriação de sete casas, um supermercado e uma oficina. A obra começou em agosto de 2015 e deve estar pronta em fevereiro de 2018. Custo: R$ 23,130 milhões. (ND Online, 2017).

E por último, em um trecho de 2,6 Km, divido em dois lotes: o primeiro com 1,4 Km, também já concluído, e o segundo lote, com 1,2 Km, que abriga uma condicionante de licenças ambientais de instalação (LAIs), entregue em janeiro de 2018 para o "governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, o secretário de Infraestrutura, Luiz Fernando Vampiro, o presidente da Fatma, Alexandre Waltrick Rates, entre outras autoridades" (FLORIPA AIRPORT, 2018), assinalando assim, a possibilidade de licitação para o inicio das obras[2]. Entende-se que em função desse processo, haverão dinâmicas na estrutura urbana local, e também "mudanças na organização social-econômica-simbólica da sociedade e, portanto, na vida cotidiana dos indivíduos" (SÁ, 2014, p.209), mas não neste momento da pesquisa, por não se ter um processo de transformação evidente.

Em relação ao ano de implantação dos investimentos (Mapa 2 e Gráf. 4), o maior percentual, tanto em número de obras, 14%, quanto em valor investido, 35%, foi encontrado no ano de 2014. Foram 61 obras, em sua maioria provenientes dos recursos disponibilizados pelo Governo Estadual.

Gráf. 4. Novos investimentos realizados em Florianópolis – dados por ano – Período 2000-2017



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

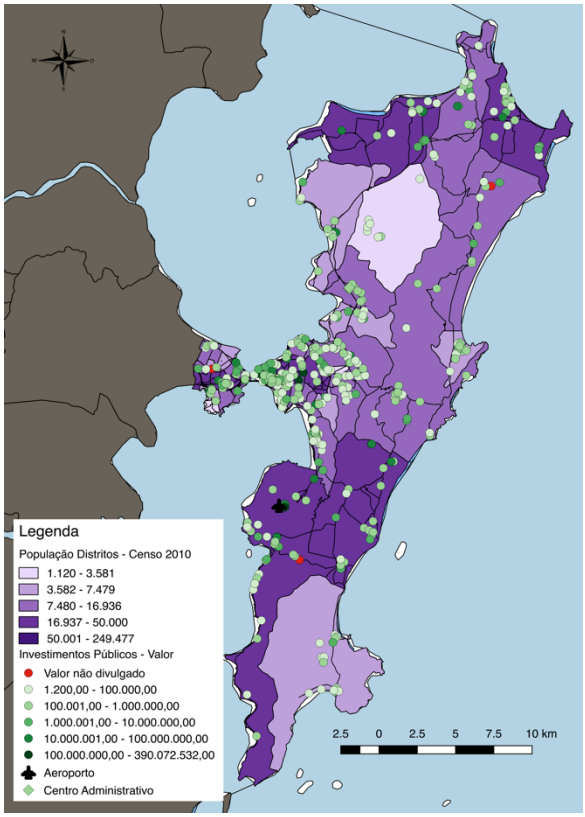
[2] O trecho com restrição ambiental contorna o loteamento Santos Dumont e atinge os lotes mais extremos, que deverão ser indenizados pelas desapropriações. (AMOSAD, 2018).

Em segundo lugar, em número de obras, estão os investimentos realizados entre 2000 e 2004. Estas são todas obras do município, que se destacam nos primeiros anos da análise em função da indisponibilidade dos dados das demais esferas até 2007. Os anos de 2007, 2010, 2013 e 2016, se destacam em valor investido.

Ao avaliarmos conjuntamente a dinâmica populacional do município, identifica-se que a região Sede é a região com a maior população do município, são 249.477 habitantes de acordo com os dados do Censo de 2010 (Mapa 3). Se relacionarmos esses dados aos investimentos públicos, verifica-se que nesta mesma área, ocorre o maior número de novas obras do Estado, nas suas três esferas.

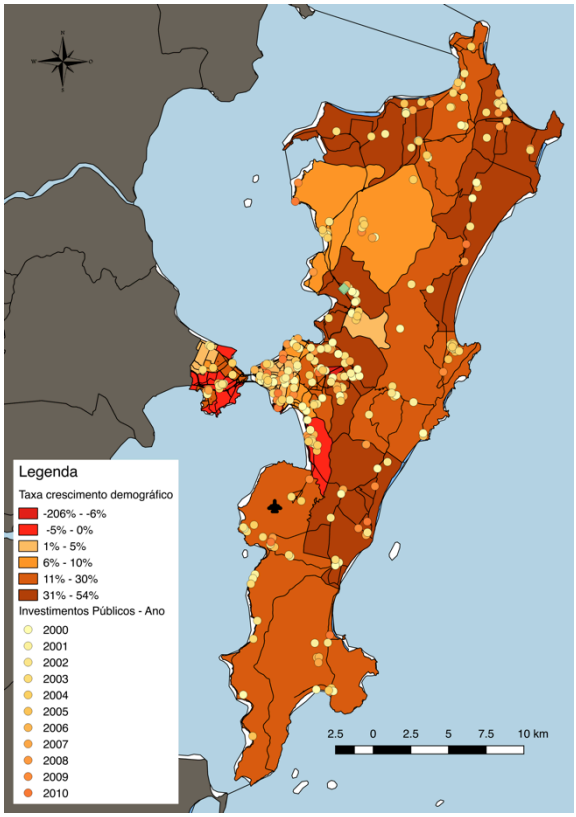
E, ponderando a taxa de crescimento demográfico do município, entre 2000 e 2010, com os investimentos realizados no período (Mapa 4 e Tabela 1), identifica-se que 51% (143) do total das obras implantadas no município até o ano de 2010, ocorreram na região administrava Sede, região esta, que concentra a população com a maior renda média mensal (Mapa 5). Mas a dinâmica populacional da região como um todo, não teve um acréscimo significativo, principalmente na região continental.

Mapa 3. População total por Distritos x novos investimentos públicos – dados por valor



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Mapa 4. Taxa de crescimento demográfico x novos investimentos públicos – Período 2000-2010



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Na região Norte foram implantadas 59 novas obras, 21% do total, com uma taxa de crescimento populacional de 38%. O mesmo aconteceu na região Sul, com a implantação de 49 obras, 18%, e um crescimento populacional de 31%. A região Leste, obteve um crescimento populacional um pouco menor do que as demais, 29%, mas teve apenas 28 obras implantadas, ou 10% dos recursos totais, entre 2000 e 2010. Todas as regiões da Ilha (com suas praias) tiveram investimentos disponibilizados e acréscimo populacional.

Tabela 1. Dados socioeconomicos x novos investimentos públicos – Período 2000-2010

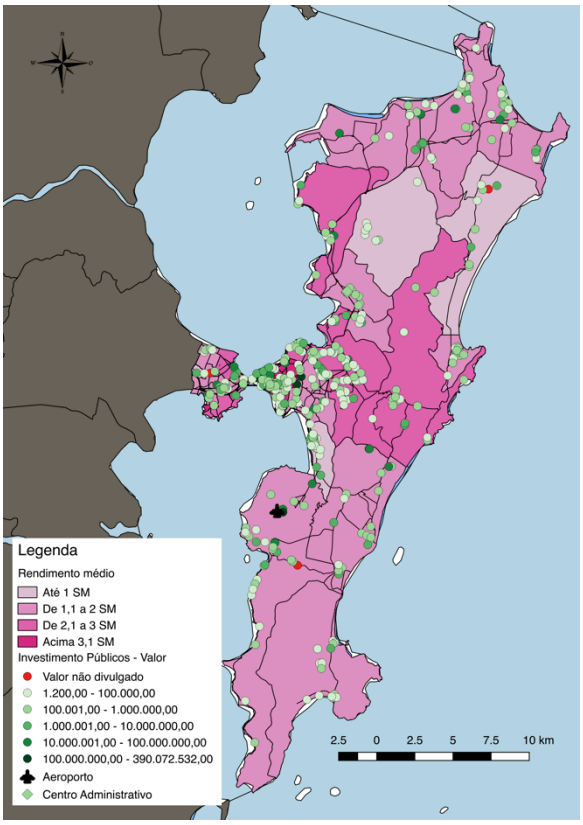
Região Administrativa / Distritos	População		Taxa Crescimento	Renda Média	N.º Obras
	Censo 2000	Censo 2010			
Região Sede	**228.869**	**249.477**	**8%**	**1.901**	**51%**
Ilha	139.463	158.303	12%	1.932	124
Continente	89.406	91.174	2%	1.870	19
Região Leste	**18.434**	**25.882**	**29%**	**1.339**	**10%**
Barra da Lagoa	3.812	4.925	23%	1.104	11
Lagoa da Conceição	9.051	10.201	11%	2.020	10
São João do Rio Vermelho	5.571	10756	48%	894	7
Região Norte	**42.353**	**67.795**	**38%**	**1.469**	**21%**
Cachoeira do Bom Jesus	10.855	15.154	28%	1.032	14
Canasvieiras	9.877	17.675	44%	1.704	15
Ingleses	15.875	28.632	45%	1.411	12
Ratones	1.023	1.120	9%	921	7
Santo Antônio de Lisboa	4.723	5.214	9%	2.279	11
Região Sul	**42.529**	**61.650**	**31%**	**1.287**	**18%**
Campeche	17.100	28.411	40%	1.521	15
Pântano do Sul	5.089	6.387	20%	1.186	11
Ribeirão da Ilha	20.340	26.852	24%	1.154	23

Fonte: Elaborada pelos autores, 2018.

Identificando o uso do solo do município (Mapa 6), verifica-se a predominância do uso residencial, distribuído em todas as regiões. O uso comercial concentra-se na área central da cidade e nas principais artérias (avenidas e estradas) de ligação para os bairros situados principalmente ao norte da Ilha.

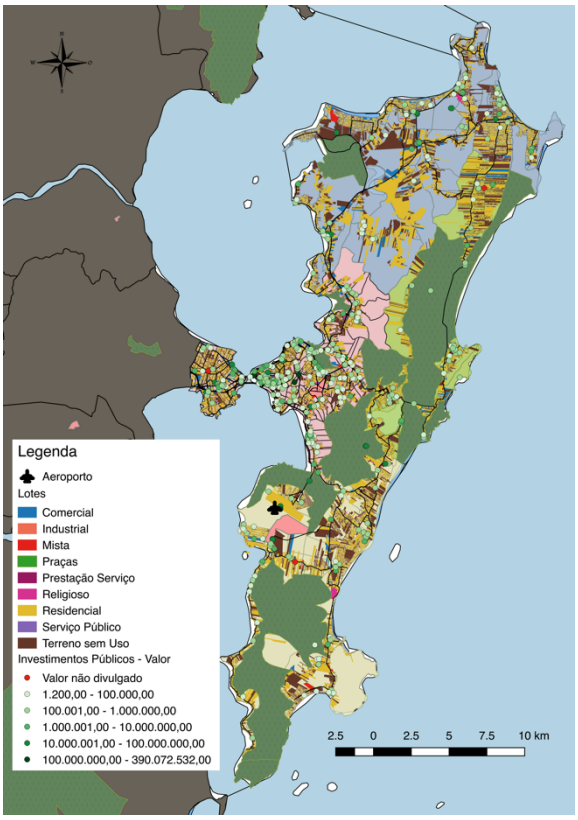
Na área central ocorre também a predominância dos serviços públicos. Logo, confrontando os investimentos públicos com o uso do solo urbano identificado atualmente, verifica-se que a região administrativa Sede Insular, além do grande número de investimentos, é também a região que possui a maior diversidade de usos da cidade.

Mapa 5. Rendimento médio mensal população x novos investimentos públicos – Período 2000-2017



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Mapa 6. Uso do solo urbano x novos investimentos públicos – Período 2000-2017



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A pesquisa pode verificar até o momento, que a atuação do Estado em Florianópolis se deu majoritariamente na região Central da Ilha de Florianópolis, seguidas das regiões Sul e Norte. Já os menores níveis de investimentos ocorreram na região Leste da Ilha, e na região Continental. Identifica-se com isso, que a lógica da localização espacial dos investimentos públicos realizados em Florianópolis, durante os últimos 50 anos, bem como os casos de "reincidência de novos investimentos nas mesmas localidades em diferentes momentos" (SUGAI, 2015, p.163), está vinculada a muitos dos processos de ordenação do espaço urbano já consolidada em décadas anteriores.

Com base nestas informações, a região administrativa Sede se apresenta como a região em que a atuação do Estado se fez mais presente, pela significativa localização dos investimentos públicos, seja em quantidade quanto em recurso investido. Nesse sentido, a atuação dos órgãos públicos, nas suas três esferas de poder, influenciaram o planejamento urbano de Florianópolis, com uma sucessiva concentração de investimentos públicos e privados na região Insular de Santa Catarina, especialmente na região administrativa Sede.

Sugai (2012, p.37) afirma que "a localização dos investimentos públicos no espaço intraurbano não ocorre de forma aleatória, mas está intermediada pela maneira como as classes sociais estão distribuídas espacialmente" e que "a disparidade na localização dos

investimentos públicos contribui para consolidar os processos segregativos e para reproduzir as relações de poder e as desigualdades socioespaciais".

À medida que o direito à cidade considera a sua localização na cidade, ou seja, morar em áreas centrais com grande oferta de equipamentos coletivos e infraestrutura urbana, o Estado tem um importante papel na definição e produção dessa estrutura espacial urbana. Através dos investimentos públicos e da legislação, por exemplo, o Estado cria condições favoráveis à viabilização do processo de acumulação, dominação e reprodução das classes sociais. A sua presença ou a sua ausência são as características mais evidentes que definem as desigualdades do espaço urbano.

Logo, a análise da distribuição dos investimentos públicos em Florianópolis, "indicam as diferenças entre a característica e o papel que esses investimentos assumem no processo de produção e na disputa do espaço intraurbano" (SUGAI, 2015, p.183), e demonstram então a tendência de desenvolvimento para determinadas regiões da cidade.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CENSO 2010. 2010. Disponível em: < https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 02 dez. 2017.

FLORIPA AIRPORT. *Liberada licença ambiental para obra da via de acesso ao novo aeroporto.* 2018. Disponível em: <https://www.floripa-airport.com/noticias/liberada-licenca-ambiental-para-obra-da-via-de-acesso-ao-novo-aeroporto-.html>. Acesso em 20 fev. 2018.

GEOPROCESSAMENTO – PMF. *Geoprocessamento Corporativo.* 2016. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: < http://geo.pmf.sc.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. *Aeroportos de Fortaleza: usos e significados contemporâneos.* 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Federal do Ceará, Fortaleza. 2006.

PAC. *Programa de Aceleração do Crescimento. 2017.* Ministério do Planejamento. Disponível em: http://www.pac.gov.br/. Acesso em: 20 ago. 2017.

PÊGO, Bolívar, CAMPOS NETO, Carlos Álvares da Silva. *O PAC e o Setor Elétrico: desafios para o abastecimento do mercado brasileiro (2007-2010).* Brasília: IPEA, 2008, n.1329, Fev.

PESSOA, Ruy Silva. Investimento Federal: elementos para avaliação do processo de execução. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental.* IPEA, n.13, 2016, p. 67-68, Jan.-jun.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n.2, 2014, p. 209-229.

SOIZA, Frederico Hartmann e CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva. Avaliação dos investimentos do PAC: uma comparação das metodologias utilizadas pela casa civil, Ong contas abertas e Ipea. *Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, n.11, 2010. 33p. Brasília: Ipea, Dez.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000).* Florianópolis: Editora UFSC, 2015.